
**AGENDA
ESTRATÉGICA
2010 - 2015**

HORTALIÇAS₃



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

Hortaliças — 2010 - 2015

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2011

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catálogo na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Hortaliças / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

40 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Hortaliça. 2. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRIS F01
CDU 635.1/8.

INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais. Permite, também, pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, ou seja, abrange também as chamadas questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 08 de dezembro de 2009, quando o plenário da 21ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) do MAPA.

A primeira reunião do grupo aconteceu em 04 de março de 2010, ocasião em que, por meio de metodologia específica, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 09 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras Setoriais e Temáticas promoveu um trabalho de organização e sistematização do conjunto de propostas, organizando-as por Temas, Itens de Agenda e Diretrizes. O trabalho foi conduzido de forma a agrupar as propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados em futuras reuniões da Câmara Setorial. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica, o Grupo de Trabalho voltou

a se reunir em 26 de março, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. A providência seguinte foi submetê-la à discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas, sempre observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Câmaras Setoriais, no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.

Objetivos

A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- 1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- 2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- 3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizarão a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.

Grupo de Trabalho

- José Robson Coringa Bezerra - SINCAESP
- Renato Augusto Abdo - CSHCA-SP
- Carlos Augusto Hulse Schmidt - APHORTESP
- Tatiana Monteiro Reis - ANAPA
- Taís Moraes - ABRAS
- Márcio Nascimento - ABCSEM
- Daniel Miranda - ANAPA
- Maurício Shiguerori Tachibana - CNA
- Newman Maria da Costa - SEBRAE
- Ossir Gorestein - CEAGESP



Membros da Câmara

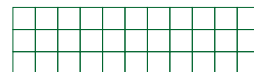
Presidente: José Robson Coringa Bezerra

Secretário: Francisco de Assis Mesquita Facundo

Consultor Especial: Nilton Tapias Fernandes

Membros

- **Associação dos Bataticultores do Sul do Estado de Minas Gerais - ABASMIG**
Titular: José Daniel Rodrigues Ribeiro
Suplente: Raul Maria Cássia
- **Associação Brasileira da Batata - ABBA**
Titular: Natalino Shimoyama
Suplente: Emilio Kenji Okamura
- **Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas ABCSEM**
Titular: Mariana Ceratti
Suplente: Marcio Nascimento
- **Associação Brasileira de Horticultura - ABH**
Titular: Paulo César Tavares de Melo
Suplente: João Bosco Carvalho da Silva
- **Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - ABRACEN**
Titular: Jusmar Chaves
Suplente: João Alberto Paixão Lages
- **Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS**
Titular: Márcio Milan
Suplente: Alexandre Seabra Resende
- **Associação Nacional dos Produtores de Alho - ANAPA**
Titular: Rafael Jorge Corsino
Suplente: Tatiana Monteiro Reis



- **Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF**
Titular: Marcos Matos
Suplente: Walter Jacobeles Júnior
- **Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA**
Titular: Carlos Alexandre de Oliveira Gomes
Suplente: José Nilton Carneiro de Lima
- **Associação dos Produtores e Distribuidores de Horti-Fritu de São Paulo - APHORTESP**
Titular: Carlos Schmidt
Suplente: Ricardo Rodrigues Lopes
- **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER**
Titular: Valdivino Fraga de Melo
Suplente: Francisco Antônio Câncio de Matos
- **Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais - BRASPOV**
Titular: Rômulo Kobori
Suplente: Ilson Alves Afonso
- **Confederação Brasileira das Associações e Sindicatos de Comerciantes em Entrepósitos de Abastecimento - BRASTECE**
Titular: Hermes Antonio Bitencourt
Suplente: Waldir de Lemos
- **Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP**
Titular: Ossir Gorenstein
Suplente: Anita Souza Dias Gutierrez
- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**
Titular: Maurício Shiguerori Tachibana
Suplente: Joe Carlo Vianna do Valle



- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
Titular: Candice Mello Romero Santos
Suplente: Newton Araújo Silva Júnior
- **Câmara Setorial de Hortaliças, Cebola e Alho do Estado de São Paulo - CSHCA-SP**
Titular: Renato Augusto Abdo
Suplente: Eduardo Yoshimi Fukano
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**
Titular: Warley Marcos Nascimento
Suplente: Henoque Ribeiro da Silva
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - MAPA/SDC**
Titular: Marcus Vinicius Martins
Suplente: Rosilene Ferreira Souto
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**
Titular: André Marchetti
Suplente: Débora de Faria Albernaz Vieira
- **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE**
Titular: Newman Maria da Costa
Suplente: Maria das Graças Queiroz Maurício
- **Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de São Paulo - SINCAESP**
Titular: José Robson Coringa Bezerra
Suplente: Keiji Kato
- **Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola - SINDAG**
Titular: Giano Caliarí José
Suplente: Eduardo Figueiredo de Andrade

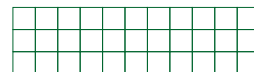
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Coordenação dos Trabalhos

CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e
Temáticas do MAPA

Equipe: Aguinaldo José de Lima
Paulo Marcio Mendonça Araujo
Francisco de Assis Mesquita Facundo
Daniela Firmino Santana
Leandro Pires B. de Lima

1. ESTATÍSTICAS



Levantamento da produção agrícola

Diretrizes:

1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, valores de orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma para o desenvolvimento do trabalho, sua implantação e manutenção;
2. Definir levantamento por Área plantada, número de produtores, discriminação por produto, por perfil tecnológico, Convencional, Orgânico, Protegido e Hidroponia;
3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir;
4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo a participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins, tendo como objetivo dados oficiais únicos confiáveis;
5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente;
6. Estabelecer convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua;
7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes;
8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais



9. Contemplar levantamento das perdas pós-colheita;
10. Utilizar como subsídio o Programa de Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Região Metropolitana de São Paulo, realizado pelo Sebrae/Alto Tietê e Sindicato Rural de Mogi das Cruzes.

Levantamento do consumo

Diretrizes:

1. Incorporar informações da cadeia logística de distribuição;
2. Utilizar informações levantadas nas CEASAS, pesquisas do IBGE e dados do Vigitel;
3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes.

Levantamento dos custos de produção

1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados e demais instituições afins;
2. Estabelecer convênios com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações “in loco”;
3. Utilizar as experiências das Emater de MG e PR, Unesp Botucatu, IEA/SP, DERAL/PR, EPAGRI/SC no levantamento dos custos de produção.

Rede de PD&I de Hortalças

Diretrizes:

1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor;
2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede;
4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação.

Programa Nacional de PD&I das Hortalças

Diretrizes:

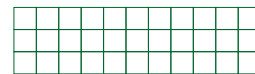
1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação;
2. Buscar formas de minimizar perdas no pós colheita;
3. Desenvolver novas embalagens para transporte;
4. Desenvolver técnicas inovadoras de produção;
5. Priorizar a pesquisa para tornar o país um centro de produção de sementes;



6. Desenvolver novas máquinas e equipamentos;
7. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental;
8. Pesquisar critérios para uso intensivo de insumos em áreas de proteção ambiental;
9. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa;
10. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia.

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(Capacitação, Difusão e Extensão)



Plano de Capacitação e Difusão

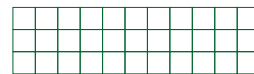
Diretrizes:

1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas;
2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa e Financeira e Comercial;
3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-obra em toda a cadeia, com ênfase na manipulação de produtos para garantir a segurança alimentar;
4. Estabelecer convênios com Sistema S, Emater, IBRAHORT, SDC, Denacoop e Instituições Privadas;
5. Elaborar Programa de Difusão e Extensão, com aplicação sistemática e permanente, com prioridade para a disseminação das tecnologias gerada pela Rede de Pesquisa;
6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão;
7. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc.;
8. Contemplar capacitação de gestão administrativa, financeira, com inserção de temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização;



9. Estabelecer critérios na certificação dos alunos requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo;
10. Trabalhar na criação de incentivos, exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários;
11. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor;
12. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática;
13. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial;
14. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência;
15. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo;
16. Promover capacitações de inclusão digital de produtores.

4. DEFESA AGROPECUÁRIA



Fiscalização e Controle

1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos;
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais;
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal;
4. Adequar metodologias de fiscalização;
5. Harmonizar critérios do PNCR (Mapa) e do PARA (Anvisa);
6. Articular a divulgação dos resultados dos programas de resíduos de forma a não causar prejuízos para o setor;
7. Discutir e harmonizar a legislação sobre CFO e CFOC e PTV;
8. Promover a imediata adesão dos produtores e distribuidores às regulamentações de higiene e embalagem;
9. Fortalecer a fiscalização e monitoramento do uso correto de insumos agropecuários;
10. Cobrar das autoridades competentes a implementação do convenio SUASA - Serviço Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
11. Discutir no âmbito da fiscalização um plano ou procedimentos sistemáticos de coleta de amostras para prevenir fraudes e produtos inapropriados.



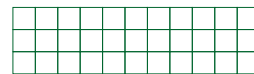
Revisão dos Marcos Regulatórios

1. Aprimorar a normatização de Hortícolas prontos para consumo (Minimamente Processados);
2. Adequar os regulamentos de insumos, Minor Crops, ARP, etc;
3. Harmonizar e simplificar os marcos regulatórios que regem o setor;
4. Implementar a regulamentação sobre Controle Higiênico Sanitário - Portaria 54/2009;
5. Implementar a regulamentação das Normas e Padrões de Sementes e Mudas de Olerícolas e Ornamentais - Portarias 13/2010 e 70/2010;
6. Criar normativo para regulamentar a Fungicultura;
7. Revisar a Instrução Normativa Conjunta nº 09/2002 sobre o acondicionamento, manuseio e comercialização de produtos hortícolas “in natura” - GT conjunto das câmaras de Hortaliças e Fruticultura;
8. Criar padrão para o alho nacional.

ARP

1. Implementar ações urgentes de cobrança e reestruturação do Departamento para poder atender com eficiência as demandas do setor;
2. Agilizar os processos de Análises de Riscos de Pragas do Setor;
3. Promover a ampliação desse serviço do MAPA, atuando de forma institucional e estratégica no apoio à melhoria da estrutura técnica e física de maneira urgente;
4. Promover ações conjuntas com as câmaras de Fruticultura e Flores para desenvolvimentos dessas ações .

5. MARKETING & PROMOÇÃO



Plano Integrado de Marketing - Mercado Interno

Diretrizes:

1. Promover ações de incentivo ao consumo;
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Benefícios à Saúde;
3. Destacar os contrapontos quanto às acusações de excesso de uso de agrotóxicos;
4. Aprimorar e ampliar as ações de promoção com a participação das entidades da cadeia;
5. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor;
6. Estabelecer parcerias com o Sebrae, ABRAS, IBRAHORT, CNA, CG-PLAN (Ministério da Saúde), INCA, MEC e outras instituições afins;
7. Articular ações conjuntas com o setor da Fruticultura.



Plano Integrado de Marketing - Mercado Externo

Diretrizes:

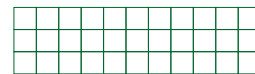
1. Discutir, estudar e planejar ações, estratégias e parcerias que estimulem e viabilizem exportações de produtos Hortícolas;
2. Estabelecer parcerias com a SRI/MAPA, APEX, MRE e outros órgãos para prospectar mercados potenciais;
3. Buscar a participação em eventos e missões de promoção internacional.

Processos de Boas Práticas

Diretrizes:

1. Investigar, analisar processos de Certificação: IG, Rastreabilidade, Orgânicos e Comércio Justo, Produção Integrada, para recomendá-los, com a possibilidade de criar programas de adesão;
2. Estudar a construção de programas de Produção Integrada (SAPI), com parceria do MAPA para determinados produtos do setor;
3. Definir programas de APPCC;
4. Considerar os programas de Produção Integrada já em andamento (Batata, Melão);
5. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas na Produção e Pós-Colheita e em Packing Houses;
6. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas em Agroindústrias;
7. Contemplar programas de adoção de Boas Práticas na exposição de produtos no ponto de venda.

7. GOVERNANÇA DA CADEIA



Entidade de Representação da Cadeia

Diretrizes:

1. Consolidar o IBRAHORT como instituição representativa Nacional;
2. Discutir estratégias de organização de Governança da Cadeia para gerir um fundo de atividades voltadas a marketing e promoção, capacitação, inteligência competitiva, certificação;
3. Discutir a criação de um Fundo do Setor.

Serviço de Inteligência Competitiva

Diretrizes:

1. Construir um grande Banco de Dados, com informações de produção, preços, consumo e outras informações;
2. Investigar modelos de organização de outras Cadeias Produtivas;
3. Realizar diagnóstico socioeconômico do setor;
4. Buscar envolvimento de órgãos e entidades diretamente envolvidas com o Setor para montagem do Serviço de Inteligência;
5. Definir a constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva;
6. Elaborar estudo sobre o fortalecimento da cadeia produtiva em regiões de baixo consumo per capita;
7. Investigar mercados potenciais para exportação;
8. Criar banco de informações sobre os benefícios do consumo de hortaliças para a saúde.



Infra Estrutura e Logística

Diretrizes:

1. Promover a modernização urgente das Centrais de Abastecimento;
2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessária ao escoamento da produção;
3. Promover a acessibilidade digital;
4. Estudar formas de estimular Municípios a determinados parâmetros de conservação das vias vicinais como condição para inclusão em programas existente no âmbito da cadeia.

Zoneamento Econômico Ecológico

Diretrizes:

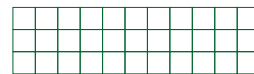
1. Cobrar das autoridades competentes a conclusão do Zoneamento no território Nacional, contemplando um cronograma de sua execução;
2. Utilizar o ZEE como ferramenta de construção de políticas de incentivo a produção.

Câmaras Setoriais Estaduais

Diretrizes:

1. Incentivar a criação. Fortalecimento e interação de Câmaras Setoriais nos Estados.

8. CRÉDITO E SEGURO



Crédito

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito específicas de forma a viabilizar o acesso ao crédito a Micro, Pequenos e Médio produtores;

Reformulação do Crédito Rural

Diretrizes:

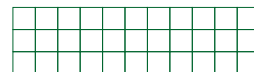
1. Implementar o Fundo de Aval;
2. Buscar formas de reduzir os custos financeiros do setor;
3. Apoiar as iniciativas de reformulação do crédito rural oficial.

Seguro Rural

Diretrizes:

1. Articular ações para viabilizar a implementação do Seguro para a produção de hortaliças;
2. Buscar o envolvimento dos estados da Federação nas políticas de Seguro da Produção.

9. LEGISLAÇÃO



Legislação Tributária

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva;
2. Buscar tratamento tributário homogêneo;
3. Rediscutir o enquadramento legal de micro, pequenos e médios produtores;
4. Adequar as Políticas Tributárias às necessidades e características do Setor;
5. Harmonizar as alíquotas de ICMS entre os Estados.

Legislação Ambiental

Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Florestal;
2. Definir a compensação por Serviços Ambientais;
3. Criar um Licenciamento Ambiental específico para Micro, Pequenos e Médio Produtores e Agroindústrias.

Legislação Trabalhista

Diretrizes:

1. Contemplar a questão dos menores aprendizes;
2. Adequar à legislação trabalhista à realidade do setor.



Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil;
2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual;
3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.

Ante-Projeto de Lei das Ceasas

Diretrizes:

1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do Projeto de Lei, proposto pela Comissão instituída pelo MAPA.

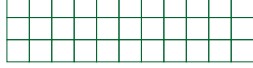
Lei de Inspeção Vegetal

Diretrizes:

1. Apoiar a elaboração de Anteprojeto de Lei de Inspeção Vegetal.

Agenda Estratégica de Hortaliças

Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento da produção agrícola	1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, valores de orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma para o desenvolvimento do trabalho, sua implantação e manutenção;
		2. Definir levantamento por Área plantada, número de produtores, discriminação por produto, por perfil tecnológico, Convencional, Orgânico, Protegido e Hidroponia.
		3. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
		4. Utilizar as experiências já existentes, envolvendo participação de instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos, confiáveis.
		5. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
		6. Estabelecer convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
		7. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes
		8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais
		9. Contemplar levantamento das perdas pós-colheita
		10. Utilizar como subsídio o Programa de Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Região Metropolitana de São Paulo, realizado pelo Sebrae/Alto Tietê e Sindicato Rural de Mogi das Cruzes

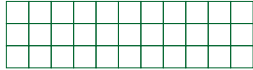


Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento do consumo	1. Incorporar informações da cadeia logística de distribuição
		2. Utilizar informações levantadas nas CEASAS, pesquisas do IBGE e dados do Vigitel
		3. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes

Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento dos custos de produção	1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados e demais instituições afins
		2. Estabelecer convênios com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações "in loco" .
		3. Utilizar as experiências das Emater de MG e PR, Unesp Botucatu, IEA/SP, DERAL/PR, EPAGRI/SC no levantamento dos custos de produção

Tema	Item	Diretrizes
2. PD&I	Rede de PD&I de Hortaliças	1. Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor
		2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibiliza-lo na rede
		3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede
		4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação

[illegible]



Tema	Item	Diretrizes
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano de Capacitação e Difusão	1. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER, Cooperativas, Empresas Privadas.
		2. Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa e Financeira e Comercial
		3. Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-Obra em toda a cadeia, com ênfase na manipulação de produtos para garantir a segurança alimentar
		4. Estabelecer convênios com Sistema S, Emater, IBRAHORT, SDC, Denacoop e Instituições Privadas
		5. Elaborar Programa de Difusão e Extensão, com aplicação sistemática e permanente, com prioridade para a disseminação das tecnologia gerada pela Rede de Pesquisa
		6. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
		7. Contemplar ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região ou Estado, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc
		8. Contemplar capacitação de gestão administrativa, financeira, com inserção de temas como financiamento, seguro rural, programas de subvenção governamental, gestão ambiental e social, marketing e comercialização
		9. Estabelecer critérios na certificação dos alunos requisitos de reconhecimento gradual para ampliar a motivação e continuidade do processo educativo
		10. Trabalhar na criação de incentivos, exemplo: redução de juros em operações de crédito oficial ou acesso facilitado a operações de financiamento se atingidas determinadas metas de conclusão de capacitações, pelos produtores e seus funcionários.
		11. Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor

Tema	Item	Diretrizes
3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Capacitação, Difusão e Extensão)	Plano de Capacitação e Difusão	12. Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática.
		13. Medir a eficiência dos programas de capacitação, estabelecendo avaliação periódica com a participação da Câmara Setorial
		14. Identificar propriedades de referência no conjunto de tecnologias e manejo para sugerir pacotes tecnológicos mínimos de referência
		15. Contemplar o estímulo ao Cooperativismo
		16. Promover capacitações de inclusão digital de produtores

Tema	Item	Diretrizes
4. DEFESA AGRÍCOLA	Fiscalização e Controle	1. Fortalecer a Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos
		2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais
		3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal.
		4. Adequar metodologias de fiscalização
		5. Harmonizar critérios do PNCR (Mapa) e do PARA (Anvisa)
		6. Articular a divulgação dos resultados dos programas de resíduos de forma a não causar prejuízos para o setor
		7. Discutir e harmonizar a legislação sobre CFO e CFOC e PTV
		8. Promover a imediata adesão dos produtores e distribuidores as regulamentações de higiene e embalagem
		9. Fortalecer a fiscalização e monitoramento do uso correto de insumos agropecuários
		10. Cobrar das autoridades competentes a implementação do convenio SUASA - Serviço Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
		11. Discutir no âmbito da fiscalização um plano ou procedimentos sistematicos de coleta de amostras para prevenir fraudes e produtos inapropriados.



Tema	Item	Diretrizes
5. MARKETING E PROMOÇÃO	Plano Integrado de Marketing - Mercado Externo	1. Discutir, estudar e planejar ações, estratégias e parcerias que estimulem e viabilizem exportações de produtos Hortícolas
		2. Estabelecer parcerias com a SRI/MAPA, APEX, MRE e outros órgãos para prospectar mercados potenciais
		3. Buscar a participação em eventos e missões de promoção internacional



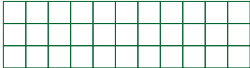
Tema	Item	Diretrizes
6. GESTÃO DA QUALIDADE	Processos de Boas Práticas	1. Investigar, analisar processos de Certificação: IG, Rastreabilidade, Orgânicos e Comércio Justo, Produção Integrada, para recomenda-los, com a possibilidade de criar programas de adesão.
		2. Estudar a construção de programas de Produção Integrada (SAPI), com parceria do MAPA para determinados produtos do setor.
		3. Definir programas de APPCC
		4. Considerar os programas de Produção Integrada já em andamento (Batata, Melão)
		5. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas na Produção e Pós-Colheita e em Packing Houses
		6. Atuar em programas de incentivo à adoção de Boas Práticas em Agroindústrias
		7. Contemplar programas de adoção de Boas Práticas na exposição de produtos no ponto de venda

Tema	Item	Diretrizes
7 . GOVERNANÇA DA CADEIA	Entidade de Representação da Cadeia	1. Consolidar o IBRAHORT como instituição representativa Nacional
		2. Discutir estratégias de organização de Governança da Cadeia para gerir um fundo de atividades voltadas a marketing e promoção, capacitação, inteligência competitiva, certificação.
		3. Discutir a criação de um Fundo do Setor

[illegible]

Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Infra Estrutura e Logística	1. Promover a modernização urgente das Centrais de Abastecimento
		2. Definir estratégias para utilização de emendas parlamentares no investimento em infraestrutura e logística necessários ao escoamento da produção
		3. Promover a acessibilidade digital
		4. Estudar formas de estimular Municípios a determinados parâmetros de conservação das vias vicinais como condição para inclusão em programas existente no âmbito da cadeia.

Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA ECONÔMICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO	Zoneamento Econômico Ecológico	1. Cobrar das autoridades competentes a conclusão do Zoneamento no território Nacional, contemplando um cronograma de sua execução.
		2. Utilizar o ZEE como ferramenta de construção de políticas de incentivo a produção

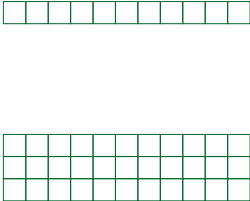


Tema	Item	Diretrizes
7. GOVERNANÇA DA CADEIA	Câmaras Setoriais Estaduais	1. Incentivar a criação, fortalecimento e interação de Câmaras Setoriais nos Estados

Tema	Item	Diretrizes
8. CRÉDITO E SEGURO	Crédito	1. Realizar diagnóstico das linhas de crédito específicas de forma a viabilizar o acesso ao crédito a Micro, Pequenos e Médio produtores

Tema	Item	Diretrizes
8. CRÉDITO E SEGURO	Reformulação do Crédito Oficial	1. Implementar o Fundo de Aval 2. Buscar formas de reduzir os custos financeiros do setor 3. Apoiar as iniciativas de reformulação do crédito rural oficial

Tema	Item	Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Legislação Ambiental	1. Acompanhar a discussão do Código Florestal
		2. Definir a compensação por Serviços Ambientais
		3. Criar um Licenciamento Ambiental específico para Micro, Pequenos e Médio Produtores e Agroindústrias



Tema	Item	Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Legislação Trabalhista	1. Contemplar a questão dos menores aprendizes
		2. Adequar a legislação trabalhista à realidade do setor
Tema	Item	Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Lei de Proteção de Cultivares 9.456/97	1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do projeto de lei elaborado pelo governo e que se encontra na Casa Civil
		2. Atentar para a inclusão da violação dos direitos de obtentor vegetal no âmbito de atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e delitos contra a Propriedade Intelectual
		3. Atentar para inclusão de cláusula de poder de polícia administrativa como medida de controle das infrações assinaladas no texto da lei, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.
Tema	Item	Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Ante-Projeto de Lei das Cestas	1. Atuar em ações conjuntas com demais setores do Agronegócio interessados na aprovação do Projeto de Lei, proposto pela Comissão instituída pelo MAPA
Tema	Item	Diretrizes
9. LEGISLAÇÃO	Lei de Inspeção Vegetal	1. Apoiar a elaboração de Anteprojeto de Lei de Inspeção Vegetal



Secretaria
Executiva

Ministério da
**Agricultura, Pecuária e
Abastecimento**

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA